



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000651-73.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento**
 Requerente: **Renata Ramiro**
 Requerido: **Fundação Educacional São Carlos**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação na qual a parte autora pretende receber o 14º salário, referente ao período em que trabalhou para a requerida, exercendo cargo em comissão, pois teria preenchido os requisitos legais, sendo a verba correspondente ao mês do aniversário e não ao seu dia.

A requerida apresentou contestação, alegando que a autora não preencheu os requisitos legais, que autorizam o pagamento do benefício, pois foi exonerada antes da data de seu aniversário de nascimento.

Houve réplica.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

O pedido não comporta acolhimento.

Estabelece o artigo 1º da Lei Municipal 10.723/93:

Art. 1º Fica instituído em caráter permanente o 14º salário, que será pago a todos os servidores públicos municipais integrantes dos quadros da Administração direta e indireta e da Câmara Municipal, no mês de seu aniversário natalício, desde que nessa data já possuam mais de 01 (um) ano de serviço prestado ao Município e que não tenham tido mais de 12 (doze) faltas injustificadas ou não abonadas, nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de seu aniversário de nascimento.

Nota-se, então, que a lei exige o preenchimento de dois requisitos: possuir mais de um ano de serviço prestado e não ter mais de 12 faltas injustificadas ou não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

abonadas, nos últimos 12 meses anteriores **à data** de seu aniversário do nascimento.

Quanto ao primeiro requisito, a autora teria preenchido, pois foi admitida em 01/02/13 e exonerada em 04/10/16.

O mesmo não se dá quanto ao segundo requisito, pois o termo inicial para a contagem do prazo da autora seria 21/10/15 e o final 21/10/16. Ocorre que ela foi exonerada em 04/10/16, portanto, quando da data de seu aniversário, termo final do período, seu contrato não estava vigorando, não sendo possível aferir o segundo requisito objetivo, não se podendo, por suposição, aceitar que ela não teria as faltas injustificadas entre o dia de sua exoneração e a data de seu aniversário.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I do CPC e IMPROCEDENTE o pedido.

Condeno a autora a arcar com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa, ficando suspensa a cobrança de tais verbas, por ser beneficiária da gratuidade da justiça.

P I

São Carlos, 30 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**